

Casa Própria e Família: um estudo etnográfico em uma Cooperativa Habitacional em São Gonçalo, RJ¹

Michelle da Silva Lima

Universidade Federal Fluminense

Resumo

A casa é, reconhecidamente, o locus de realização da família e está mais especificamente relacionada a uma ideologia de família nuclear, como atesta o ditado popular *quem casa quer casa*. Para além da conhecida análise mais ampla que a toma como eixo complementar ao espaço público, no caso brasileiro sob a metáfora de “a casa e a rua, diferentes autores das ciências sociais reconhecem sua importância material e simbólica como forma de viabilização da família.

A partir de um trabalho de campo etnográfico com um grupo de famílias de trabalhadores que se organizam como cooperados para a auto-construção de casas próprias, o que configura o sonho do trabalhador brasileiro, busco discutir como a casa própria, em vista de seu significado para a plena realização da família e no contexto específico estudado, enseja a atualização de valores reconhecidos como da cultura de trabalhadores urbanos, frente à retórica de idealização dos princípios norteadores do cooperativismo. Trata-se de uma cooperativa habitacional, amparada técnica e financeiramente por uma instituição externa a estes trabalhadores que intervêm sob uma perspectiva mais ampla de transformação de suas condições sociais e de existência. A casa como produto da organização coletiva seria apenas o primeiro passo para a transformação política e preparação para a prática cidadã. Desta forma os valores dos cooperados no que se referem à centralidade do trabalho e à sua organização familiar, incluindo homens e mulheres passam necessariamente pela negociação com esta proposta de cooperativismo.

Palavras-chave: trabalhadores urbanos, família, casa própria, cooperativismo.

¹ Trabalho apresentado na 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho de 2008, Porto Seguro, Bahia, Brasil.

Introdução

A casa é, reconhecidamente, o locus de realização da família e está mais especificamente relacionada a uma ideologia de família nuclear, como atesta o ditado popular *quem casa quer casa*. Para além da conhecida análise mais ampla que a toma como eixo complementar ao espaço público, no caso brasileiro, sob a metáfora de “a casa e a rua” (Da Matta, 1985), diferentes autores das ciências sociais reconhecem sua importância material e simbólica como forma de viabilização da família. Assim, a casa é entendida como espaço de constituição de uma unidade doméstica independente que adquire o sentido fundamental de preservação da privacidade do núcleo conjugal que se forma (Woortmann, 1982; Sarti, 1996, Valladares, 1980). Mas é também entendida como espaço que, sem negar a validade do modelo da família nuclear, no sentido atribuído por Geertz (1989:69), de “modelo *da* ‘realidade’ e modelo *para* a ‘realidade’”, permite a sua flexibilização por meio da agregação de parentes ou afins ou da dissolução do núcleo por morte ou casamento dos filhos, sendo os arranjos matrifocais o caso mais comum de famílias incompletas nas classes trabalhadoras (Neves, 1985; Durham, 1983). Guedes (1998) também atesta, pelos acréscimos à moradia chamados *puxados*, nos *quintais*, outra forma alternativa de realizar a exigência de residência independente dos casais parentes que se formam nas classes trabalhadoras, em face das dificuldades econômicas em adquirir novo terreno ou nova casa.

Compreende-se assim a estreita relação entre casa e família ao menos como expectativa de atendimento à idealizada família conjugal nuclear. O historiador Philippe Ariès (1978) indica que a partir do século XVIII, com a constituição da família moderna, a reorganização da casa atende a um novo sentimento de família e à reforma dos costumes, com um espaço maior para a intimidade e repugnância pelas “promiscuidades impostas pela antiga sociabilidade”. Segundo o autor, “o sentimento da casa é uma outra face do sentimento da família”, que se estende, a partir do século XVIII, dos nobres e da burguesia a outras camadas sociais e se consolida no século XIX. “A família moderna separa-se do mundo e opõe à sociedade o grupo solitário dos pais e filhos (...) Ela correspondeu a uma necessidade de intimidade, e também de identidade: os membros da família se unem pelo sentimento, o costume e o gênero de vida”. (1978: 271,278). No caso brasileiro, Gilberto Freire (1997) destaca a formação de determinados sentimentos e atitudes típicos aos homens e mulheres do Brasil patriarcal que irão colaborar como modelo apropriado de idéias e comportamentos à consolidação da família conjugal nuclear. Ele atenta para a diferenciação ao extremo do homem e da mulher no regime patriarcal e semi-patriarcal, situando-os como produto das condições sociais e culturais do regime econômico vigente. A construção da figura masculina como o sexo forte provedor e da figura feminina como a mãe “esbabilizadora ou fixadora de

valores” na sociedade do Brasil colonial consubstanciaria os elementos centrais da consagração da família conjugal como instituição central de uma época em que o processo de industrialização e urbanização vinha substituindo o sistema patriarcal como sistema econômico, mas que se mantinha como um sistema de sólidas referências culturais à nova sociedade em formação. Os interesses de classe emergentes reconduziam pouco a pouco os antigos critérios de status baseado na consangüinidade para o status centrado no poder econômico, mas não sem dialogar com a ordem social fortemente instituída. Maluf e Mott (1998) ao demonstrarem o universo da família como objeto de construção desta nova sociedade, refere-se ao Código Civil de 1916 como um importante agente de regulamentação do “vínculo conjugal, a fim de assegurar a ordem familiar”. O código estabelecia para cada um dos cônjuges papéis essenciais a serem desempenhados socialmente, cujo “dever” de prover do homem complementa-se pelo implícito dever da mulher de salvaguardar a honra da família enquanto instituição e, em sentido correspondente, a honra de seu marido. Elas apontam que “os padrões de comportamento burgueses, a modernidade e o consumo foram absorvidos de forma desigual pelas diferentes regiões e cidades e pelas diferentes camadas da população” a ponto de coexistirem para a maioria das mulheres a obrigação de cuidar dos filhos, dos serviços domésticos e atividades extra-domésticas “extremamente pesadas” sem os benefícios dos novos bens de consumo. No entanto, esclarecem que o papel de esposa e mãe para a mulher e o papel de chefe de família para o homem estende-se ao menos como padrão idealizado para as camadas mais baixas da população, as quais “tiveram o comportamento mais fiscalizado e submetido a medidas prescritivas”, submetido à intervenção “das camadas médias e altas, bem como dos intelectuais conservadores e clérigos” por conta de seus modelos mais flexíveis de relacionamento, de suas uniões consensuais que não coincidiam com o casamento. Essas uniões eram assim julgadas ilícitas, imorais, indecentes, cujo amor era “degenerado” ou “imitação de amor”.

Torna-se assim evidente que qualidades apropriadas à consolidação da família conjugal nuclear como instituição, como o *boa dona de casa* e o *bom chefe de família*, torna-se um valor de referência dominante para todas as mulheres e homens como qualidades inerentes a sua condição sexual. Mas ressalta-se novamente aqui os arranjos alternativos por parte da classe trabalhadora em função de suas especificidades não apenas econômicas, mas culturais, que não deixam, por isso, de conviver idealmente com o modelo de família conjugal nuclear.

Vários pesquisadores registraram os arranjos freqüentes entre os trabalhadores urbanos para conciliar a importância da casa independente à constituição de uma nova família diante das dificuldades econômicas (Woortmann, 1982) e em especial, diante da valorização da rede

de parentesco e vizinhança envolvidos que estão em complexas relações de obrigações mútuas e de entre-ajuda (Guedes, 1998) e que encerram o princípio da reciprocidade (Mauss, 2003). Registra-se ainda a importância do parentesco consanguíneo ou de afinidade, das relações de compadrio e vizinhança nos arranjos matrifocais, diante do rompimento da relação conjugal visto sempre como provisório (Neves, 1985), e nos arranjos familiares em que predomina a “circulação de crianças” em casas de parentes e afins e que são consideradas como filhos (Fonseca, 1995).

Há, portanto, entre a classe trabalhadora, em especial, entre os trabalhadores urbanos a importância simbólica fundamental das redes sociais que os circundam e que são conectadas por lógicas de obrigação moral. Elizabeth Both (1976) sustenta a importância do conceito de rede social no que se refere às famílias urbanas, já que elas “não estão encapsuladas por grupos organizados” como as famílias elementares de sociedades de pequena escala. A rede social, segundo Both, não prescinde da existência de uma “fronteira comum”, ou seja, de “um acordo entre todos os membros do grupo sobre quem é e quem não é membro” (1976: 274), tornando-se mais apropriado ao entendimento das famílias de trabalhadores urbanos e de suas relações de parentesco e vizinhança e com outros espaços ou grupos de sociabilidade, já que as etnografias com estes trabalhadores têm demonstrado que até mesmo os que não são parentes *de sangue*, podem ser *considerados* como tais, ou seja, são *parentes de consideração*. No entanto, estas famílias, entre outras, mas principalmente das camadas pobres da população brasileira, que são objeto de intervenção do Estado ou de órgãos não-governamentais, são sempre avaliadas como famílias nucleares simplesmente, atendendo à idealização do modelo de família conjugal nuclear amplamente incorporado pela sociedade brasileira, como já dito aqui.

Este é o caso de famílias de cooperados da Cooperativa Habitacional e Mista de Ipiúba localizada no município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, que serviu de campo empírico da pesquisa etnográfica realizada no período de outubro de 2002 a junho de 2003, aproximadamente, e de junho de 2005 a outubro do mesmo ano, na qual se baseia este trabalho. Trata-se de famílias de trabalhadores pobres, muitas oriundas de diferentes Estados brasileiros que migraram para a região metropolitana do Grande Rio de Janeiro em busca de melhores oportunidades de trabalho. Através da mobilidade geográfica e, por esta via, da busca pela mobilidade social, estas famílias acabam por redefinir a relação com as redes sociais de referência e a desenvolvem vínculos com outras redes, principalmente por meio de sua organização coletiva em um grupo de cooperados em função da auto-construção de casas próprias, o que configura o *sonho do trabalhador brasileiro*. É pela mediação da Igreja Católica e de uma ONG que este conjunto de homens e mulheres da classe trabalhadora

dialoga com valores, princípios e expectativas de outros segmentos e classes sociais e se apropriando deles de diferentes maneiras tem a oportunidade de atualizar e reinterpretar valores, saberes, técnicas, virtudes e qualidades, próprios do “ser trabalhador” (Guedes, 1997).

A Igreja Católica está representada na cooperativa pela figura do padre João que é presidente da Associação São Pedro de Alcântara e financiou os lotes do terreno para a construção das primeiras 39 casas populares sob o modelo de cooperativismo. Foi ele também que viabilizou a parceria com a ONG Fundação Centro de Defesa dos Direitos Humanos² Bento Rubião que financiou o material de construção das casas e disponibilizou profissionais da área de engenharia, arquitetura, direito e assistência social para a organização da cooperativa. A ONG mantém o projeto “Direito à Habitação” que abrange outras cooperativas semelhantes operacionalizadas pelo que denominam o “regime de mutirão familiar da mão-de-obra”. As famílias que são atendidas pelo projeto são selecionadas a partir de alguns critérios. Os responsáveis devem possuir no mínimo 21 anos, estar em condições de gozo dos seus direitos civis, "estar plenamente consciente dos princípios cooperativos e do funcionamento de uma cooperativa", participar de capacitações (treinamento teórico e prático orientado por técnicos da Fundação Bento Rubião), possuir renda familiar mensal entre 2 e 6 salários mínimos, contando ainda que não sejam proprietários nem possíveis compradores ou mutuários de nenhum imóvel no Estado do Rio de Janeiro (Estatuto social, 2001). O Regimento Interno de Mutirão da Cooperativa de Ipiíba (2001) prevê que o trabalho de mutirão seja realizado coletivamente pelos componentes dos núcleos familiares que sejam maiores de 16 anos, para que assim a mão de obra seja classificada como *qualificada*, caso contrário, o menor estará referenciado pela sua condição de *aprendiz*. Sendo assim, cada núcleo familiar deve cumprir a carga horária de 17 horas semanais, no horário das 8 às 17 horas, com o intervalo de 1 hora para o almoço, não podendo, entretanto, trabalhar menos que 4 horas por dia, o que contabiliza o valor equivalente a R\$1,90 a hora trabalhada por cada cooperado. A administração da cooperativa é atributo da diretoria, composta pelos cargos de presidente, tesoureiro, secretário e vogal, válidos por dois anos. O controle do planejamento e da administração é realizado pelo Conselho Fiscal, composto por três membros efetivos por um ano. A cooperativa possui ainda três comissões de caráter permanente, a Comissão de Obras e a Comissão de Mobilização, além da Comissão de Formação. Elas possuem, respectivamente, o objetivo principal de: supervisionar, coordenar e organizar as obras do mutirão juntamente com o pedreiro e o apontador de obras; mobilizar os cooperados para a

² Maiores informações sobre a Ong estão disponibilizadas no site www.ajudabrasil.org (acessado em 06/02/2005).

realização das tarefas de organização do mutirão e controlar o banco de horas dos núcleos familiares; desenvolver e organizar atividades de formação dos cooperados e mobilizá-los para a participação.

Trata-se de um movimento que busca preparar agentes sociais participativos e conscientes de seus direitos e deveres como cidadãos. Uma das dimensões fundamentais da proposta em questão na cooperativa é a busca de capacitação de trabalhadores pobres para se organizarem coletivamente na construção de melhores condições de vida, dimensão política que se apóia inicialmente na organização em torno da concretização de um direitos fundamentais do homem que é também um dos valores essenciais para a classe trabalhadora, ou seja, o direito à moradia. A casa como produto desta organização coletiva seria apenas o primeiro passo para a transformação política e preparação para a prática cidadã. Desta forma, os valores dos cooperados no que se referem à centralidade do trabalho e à sua organização familiar, incluindo homens e mulheres, passam necessariamente pela negociação com esta proposta de cooperativismo.

Compartilhando “um alto grau de consenso sobre normas e ideologia, por causa de sua interação freqüente uns com os outros”, como diz Both (1996) a respeito dos grupos organizados, estas famílias de trabalhadores assumem a identidade cooperativa em seu uso material e simbólico, mas são também redefinidos por ela no decorrer histórico desse uso, para fazer menção à concepção dinâmica da cultura de Marshall Sahlins (2001) que incorpora a dimensão inesperada, imprevista e dinâmica do empírico sob o conceito de “riscos empíricos”. Estas famílias, organizadas sob a forma de núcleos, em conjunto com as redes sociais originais ou construídas na região do Grande Rio, normalmente formadas por parentes e amigos que são acionados no atendimento ao movimento de mutirão de construção das casas, experimentam o dinamismo da ação cooperativa na medida que entram em conexão com outras redes já consolidadas. Neste engajamento com o compromisso coletivo, categorias como *esforço* e *sacrifício* que qualificam positivamente o trabalhador em função da família (Guedes, 1997), se estendem à rede social total como forma de manipular e valorizar a posição diante dela e na tentativa de controlar a posição dos demais. É neste contexto de competição e acirramento sub-limiar que o princípio da reciprocidade e ajuda-mútua entre os “iguais” é atualizado e alimenta sobremaneira a ética religiosa e, por conseguinte, o dever cristão do voluntariado (Neves, 2001) na *ajuda* aos mais necessitados, através da qual circulam bens, serviços e pessoas.

Neste trabalho entendo a conquista da casa própria por este grupo de trabalhadores como uma forma de atender à especificidade da família que se constitui entre eles utilizando formas tradicionais de sociabilidade, como as já referidas redes sociais, mas cuja conquista

deve passar pela negociação com as prerrogativas da adesão à Cooperativa Habitacional e Mista de Ipiúba e com ela aos princípios do cooperativismo (A Identidade do Cooperativismo, Fundação Bento Rubião, s/d). Certamente, isto inclui consideráveis arranjos discursivos e práticos no engajamento como cooperados, que implica por sua vez ressignificações do construir coletivo para “melhorar de vida”, prática tradicional dos trabalhadores em contextos mais amplos que podem envolver instituições externas a eles.

As famílias e o cooperativismo: o valor da reciprocidade

As 39 famílias³ que constituíam inicialmente a Cooperativa Habitacional e Mista de Ipiúba foram selecionadas e institucionalmente concebidas como “núcleos familiares” pela Fundação Bento Rubião. Inscreveram-se por meio de fichas cadastrais nas quais informam a situação socioeconômica de cada núcleo, posteriormente comprovada por visitas dos técnicos da Fundação para verificar as informações recolhidas. Estes núcleos familiares compartilham as características socioeconômicas da maioria dos trabalhadores urbanos pobres. Possuem renda familiar entre um e três salários mínimos, com escolaridade restrita ao ensino fundamental em sua grande maioria⁴. As idades variam dos 22 aos 75 anos, concentrando-se na faixa dos 30 a 45 anos. Os responsáveis pelo núcleo familiar, em um total de 15 homens e 22 mulheres, ocupam posições subalternas no mercado de trabalho. São, em grande parte, trabalhadores “autônomos” ou “assalariados” e oriundos de outros Estados como Maranhão, Ceará, Pernambuco, Paraíba, Pará, Espírito Santo e Minas Gerais. Moravam com parentes ou em imóveis alugados, de posse ou cedidos por parentes ou até mesmo pelo *patrão* em bairros periféricos dos municípios de São Gonçalo e Niterói. Estas famílias revelam, a partir da atualização dos dados cadastrais e das observações do trabalho de campo e entrevistas, aspectos específicos de sua realização como membros da classe trabalhadora. O uso de instrumentos materiais e simbólicos próprios a estas famílias define o modo como elas se relacionam e passam a conceber a experiência cooperativa.

A cooperativa e associada a ela, a possibilidade de ter a própria casa, é fonte de orgulho para os cooperados que testemunham sua materialidade desde a intensa transformação de uma área que era só mato, produto, portanto, de grande investimento coletivo e fonte de benefícios estruturais para a comunidade, até a sua representação em grandes eventos como o Fórum Social Mundial. Mas ela insere-se em algo maior, que diz respeito a um modelo de cooperativismo que se pretende universal, mas que pode ser há todo momento contestado ou acionado mediante a trajetória de delimitação deste projeto familiar e

³ Posteriormente, já no final de construção das casas, houve desistência de 2 núcleos familiares, contabilizando 37 famílias já em condições de moradia no condomínio.

em constante diálogo entre lógicas diversas de entender o mundo. Este modelo, na cooperativa, é representado por um material sobre cooperativismo, disponibilizado pela Fundação Bento Rubião, chamado “Cooperativismo: uma alternativa dos trabalhadores” (Veiga e Fonseca, 1999). O material, organizado pelo SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial), sob autoria de Sandra Mayrink Veiga e Isaque Fonseca - consultores em formação de cooperativas -, pretende ser um guia técnico⁵ para a formação e organização de uma cooperativa, com o esclarecimento da legislação específica sobre cooperativismo, critérios, procedimentos legais e burocráticos por meio de “passo a passo” e modelos de documentos. Mas para além deste referencial, o material sugere ser, principalmente, um instrumento de “capacitação dos cooperados” quanto à internalização do cooperativismo, conjugando as suas diversificadas formações históricas, que ao longo do tempo deram lugar a diferentes cooperativas de produção, de trabalho, de consumo, de crédito, habitacional, de saúde etc, mas unificadas pela perspectiva de uma “filosofia humanista e solidária” que procura através da cooperação e de sua inclusão no que se tem denominado Sócio-Economia Solidária, ser uma alternativa ao capitalismo concorrencial hegemônico. Propõe-se um modelo de cooperativismo que, por meio de valores morais e éticos solidários, atenda “às necessidades e interesses específicos dos trabalhadores”. Esta é a definição e delimitação do cooperativismo, dada pelos autores, que encerram esta perspectiva:

“...é, antes de tudo, uma filosofia do homem na sociedade em que vive, que procura construir uma nova maneira de processar a economia baseando-se no trabalho e não no lucro; na ajuda mútua e não na concorrência e competição; nos valores e necessidades humanas e não na acumulação individual do dinheiro e na exploração do trabalho de outras mulheres e homens. Para tanto, o cooperativismo visa o aprimoramento do ser humano em todas as suas dimensões: social, econômica e cultural, preocupa-se com a qualidade de seus produtos e serviços, busca o preço justo, preocupa-se com seu entorno e com o meio ambiente e busca construir uma sociedade mais equitativa, democrática e sustentável” (Veiga e Fonseca: 1999:15).

Trata-se, portanto, de um projeto alternativo às redes governamentais de assistência e de formação do “cidadão”, através do ideal de construção de uma “rede de cooperativas”. Busca-se então, por meio da organização dos trabalhadores pobres em cooperativas, atender a uma demanda por recursos necessários a reprodução social dos indivíduos, mas também, por este caminho, consolidar um modelo de inclusão destes indivíduos numa ética solidária e

⁴ Apenas 6 representantes declararam possuir o ensino médio.

⁵ Com este propósito há também à disposição dos cooperados um material similar, mais voltado para a venda de produtos ou serviços e interessante ao presidente da cooperativa por fornecer um modelo de elaboração de mini-projetos, chamado “Apostila do Aluno” – Curso de Capacitação para Gestores de Cooperativas Popular, organizada pela ASPLANDE (Assessoria e Planejamento para o Desenvolvimento), CAMPO (Centro de Assessoria ao Movimento Popular) e CooperAção.

numa prática cidadã. Para a operacionalização do modelo parte-se do pressuposto do compartilhamento de um conjunto de valores próprios à classe trabalhadora, reconhecendo a força da coesão e da cooperação entre os trabalhadores que são orientados por “princípios fundamentais do cooperativismo”⁶ e que são o “fundamento da cooperação”, como a solidariedade, o reconhecimento mútuo e a reciprocidade. Sendo assim, na sua ligação com a Economia Solidária o modelo propõe uma associação com o patrimônio cultural da classe trabalhadora, acumulado na sua convivência intensa e longa com sua rede social (Bott, 1976) mais ampla. Como destacam os autores Veiga e Fonseca (1999:16), “a Economia Solidária utiliza o poder de articulação coletiva dos indivíduos a partir de suas trajetórias mais ou menos compartilhadas; parte de um referencial teórico e prático longamente acumulado na história das classes trabalhadoras...” De acordo com esta perspectiva o cooperativismo visa, portanto, atualizar princípios sócio culturais importantes na vida dos trabalhadores, mas com um sentido de reformismo individual e social, ou seja, de capacitação sócio-política de seus adeptos para a transformação da sociedade em que vivem, transformando-se a si mesmos nesse processo. Como diz Flávio Gouveia (apud Veiga e Fonseca 1999:16) sobre o cooperativismo, “seu objetivo não é o conjunto das pessoas, mas o indivíduo através do conjunto das pessoas”.

Em concordância com esta abordagem interlocutora, o Estatuto Social da Cooperativa de Ipiíba (2001), orientado para a importância da rede de parentesco como importante fonte de participação e comunicação coletiva das classes trabalhadoras, como “rede de informação” e de “pressão coletiva” (Veiga e Fonseca: 1999:16), privilegia os parentes de atuais cooperados em caso de concorrência entre novos aspirantes a cooperado. Assim, a reciprocidade é o valor central de sustentação da adesão a uma rede de sociabilidade extensa pelos trabalhadores que é acionada em sua conexão com lógicas de obrigação moral inter-relacionadas, de forma a constituir uma rede de entre-ajuda. Desta maneira, esta rede de sociabilidade composta pelos parentes e afins, mostra ser de fundamental importância desde o momento da adesão ao projeto familiar até o da sua concretização e desenvolvimento pelas práticas compartilhadas, contribuindo para a sua emergência e eficácia. Os princípios de atualização das redes de parentesco, amizade e compadrio insinuam-se já nas próprias fichas cadastrais e realizam-se na cooperativa, em especial nos vinte e dois núcleos chefiados por mulheres, sem referência a companheiros ou maridos.

⁶ Seus princípios atuais são: adesão voluntária e livre; gestão democrática pelos membros; participação econômica dos membros; autonomia e independência; educação, formação e informação; intercooperação e interesse pela comunidade.

Para compor a necessária mão-de-obra do núcleo familiar homens e mulheres contam com outras relações para colaborar no trabalho coletivo, ou seja, as que são construídas pela esfera do parentesco e/ ou da vizinhança, que configuram relações concebidas como *de sangue* ou *de consideração*, expressando confiança e afinidade. É difícil deixar de perceber a segurança tacitamente depositada por homens e mulheres, mas principalmente por estas últimas, nessas redes sociais pré-existentes como garantia da expectativa de trabalho, explicitando também suas habilidades pessoais de manipular as possibilidades que estão ao seu alcance. Expectativa que se realizou em muitos aspectos. Assim, entre os “colaboradores no mutirão” estão filhos, quase todos os cônjuges, outros parentes e amigos. Entre os quinze núcleos que possuem filhos adultos, onze declararam possuir a ajuda dos filhos, a maioria deles morando com os pais. Mas com relação aos parentes consanguíneos, de afinidade ou *de consideração*, entre quatorze núcleos que citaram a sua colaboração apenas dois moravam com as respectivas famílias, incluindo em grande parte irmãos, mas também pai, netos, tio, sobrinha, primo, sogros, cunhados, afilhada e compadre. Treze cooperados também citaram amigos, entre eles cinco da própria cooperativa e duas cooperadas citaram os namorados. Assim, os arranjos e compensações em torno da rede de sociabilidade para a composição da “mão-de-obra familiar” são legitimados na cooperativa, criando as condições valorizadas de realização do projeto familiar pelos cooperados que se ajustam às suas possibilidades sócio-econômicas e culturais.

Mas todos os cooperados foram unânimes em esclarecer que a colaboração no mutirão familiar não pressupõe, idealmente, a moradia destes parentes e amigos na casa, salvo em caso de *necessidade de ajuda*, principalmente dos parentes, incluindo os filhos já casados ou solteiros que não moram na cooperativa. Essa é uma condição que se estende a outros parentes que venham a *precisar* da casa, categoria importante entre eles que manifesta a obrigação moral para com a rede de parentesco e afinidade em casos de dificuldade financeira ou outras quaisquer. Muitos cooperados apontaram claramente que o projeto de disponibilizar a casa para parentes ou filhos casados subordina-se a essa situação de necessidade que, sob expectativa de ser superada, configura-se como provisória. Entre os casos está a de uma senhora viúva que declara que o falecido esposo quando comprou o terreno na cooperativa pensou no filho que *bebe* e por isso tem problemas com o trabalho porque *trabalha quando pode*. Além disso, ela diz que há uma filha que é *a única que não tem casa* e é *acolhida em seu fracasso* quando *larga o marido*. Além dos cooperados que mencionam os filhos e uma cooperada o namorado, há uma que disponibilizaria a casa para a afilhada e outra para os netos, *se eles precisarem*. Uma mulher propõe-se a abrigar uma *sobrinha que mora no trabalho por causa do valor da passagem* e um homem *um sobrinho se acontecer dele não*

conseguir pagar aluguel. Quatro cooperados disponibilizariam a casa para seus irmãos, caso precisem, um deles incluindo a prima e a mãe, enquanto outro a disponibilizaria para qualquer pessoa da família. Outra cooperada afirma de forma emblemática que não há nenhuma previsão, mas tem coisas que acontecem!

Isto revela a centralidade da família nuclear como modelo a ser realizado e, ao mesmo tempo, a sua elasticidade diante do próprio ciclo de desenvolvimento específico do grupo doméstico ou das dificuldades próprias às famílias da classe trabalhadora. Este é o caso, na cooperativa, de casais ou viúvas cujos filhos já se casaram, mas que retornam, de alguma maneira, ao núcleo familiar anterior, diante da instabilidade das uniões estáveis e consensuais e das dificuldades de manutenção de unidades residenciais autônomas que, de modo geral, são recorrentes na classe trabalhadora (cf. Neves, 1985). Assim, a elasticidade do modelo de família permite composições flexíveis dos grupos domésticos que passam a agregar parentes consanguíneos ou afins e amigos. Esse é o caso da maioria das mulheres na cooperativa que são responsáveis pelo núcleo familiar. Em um total de dezoito cooperadas que foram entrevistadas na atualização de algumas informações do cadastro realizado pela Fundação Bento Rubião, somente quatro declararam ser casadas ou possuir companheiros, enquanto sete declararam-se solteiras, quatro separadas e três viúvas. Nesse contexto de ausência de provedor masculino, consequência da não constituição ou da dissolução da família conjugal nuclear, evidencia-se entre estas cooperadas a importância dos parentes de origem e por vezes de amigos que constituem a rede de parentesco e afinidade. Mas minhas observações assinalam que uma vez constituída a família de procriação, esta passa a ser a referência fundamental mesmo que ela esteja “incompleta” em sua plena realização, ou seja, que não constitua uma unidade doméstica completa composta pelo marido, a mulher e os filhos. Assim sendo, o cônjuge e os filhos são mencionados por todos os cooperados na condição respectiva de casado ou companheiro e de pai ou mãe quando respondem sobre os componentes da família, mesmo sob a condição de não compartilhamento da residência. Nestes casos, o mecanismo social do casamento como forma universal de “atribuir a homens determinados a responsabilidade para com a prole da mulher” (Durham, 1983:22) modifica por completo a percepção da família de origem como unidade básica de parentesco.

A partir da ocorrência ou não do casamento, mas também de sua condição de viabilização como constituinte de uma unidade doméstica autônoma, mesmo em suas formas flexíveis, recorrentes entre os trabalhadores urbanos, o “quem é a sua família” pode tornar muito relativo a inclusão de parentes de origem, no caso dos cooperados, na maioria das vezes os pais e irmãos. Este é o caso de oito mulheres, seis solteiras, uma separada e uma viúva, portanto, todas sem marido e duas delas com filhos, que incluíram em seu núcleo familiar

irmãos e/ou pais e, no caso da viúva, os netos, os ajudando financeiramente ou sendo por eles ajudadas, inclusive no cuidado com os filhos. Destas, quatro moram atualmente com estes parentes na cooperativa e duas moraram anteriormente com primos e amigos. Na referência aos pais e irmãos como sendo *da família* há ainda duas situações: o caso de um jovem solteiro, antigo morador da Casa da Acolhida, mantida pela Igreja São Pedro de Alcântara, e o caso de um senhor aposentado que, embora casado, cuida da sua mãe idosa e doente de diabetes desde muito tempo. Este cooperado adquiriu dois lotes, com uma casa para sua mãe e outra para sua família de procriação, garantindo a privacidade e sua relativa independência junto à esposa e aos filhos que freqüentemente o visitam (Woortmann, 1982; Guedes, 1998). São duas casas conjugadas, no modelo de *bloco* como as demais, mas com uma abertura interna entre elas, especificamente entre suas salas, para facilitar o acesso entre as moradias.

Trata-se, na verdade, como destaca Durham (1983:32) de “fragmentos de famílias, freqüentemente incapazes, em especial quando a renda é muito pequena, de constituírem unidades residenciais autônomas”. A adesão ao projeto familiar da cooperativa leva, assim, à reconstrução e a novos arranjos familiares. “Agregam-se então a famílias de parentes ou amigos onde podem contribuir como produtores e beneficiar-se do esforço coletivo. Alternativamente, podem constituir grupos domésticos heterogêneos, que não obedecem ao padrão familiar” (Durham, 1983: 32). Observa-se, entretanto, entre os cooperados que até mesmo nos casos em que os parentes considerados como consangüíneos não compartilham da residência e não contribuem de alguma forma para a renda familiar - o que é importante para o sentimento de unidade familiar e de reconhecimento da colaboração para a reprodução social do grupo, mas não condição *sine qua non* - estes parentes são a referência de família quando o padrão de família conjugal nuclear se flexibiliza. Evidentemente, isto não revela a inoperância deste modelo de família ou o seu desaparecimento enquanto instituição, mas pelo contrário, evidencia as dificuldades de sua concretização próprias a estes trabalhadores já que, de maneira geral, os cooperados respondem à questão da família em abstrato orientando-se pela sua própria perspectiva sobre esta família ideal – e, creio, que supõem também ser a da pesquisadora – e não a partir dos arranjos concretos de família.

Assim, não devemos confundir uma unidade residencial com a noção de família porque como bem assinala Durham (1983:26) “aliança e parentesco podem ser combinados de modo diverso, dando origem a grupos estruturalmente diferentes”. O que seria, portanto, importante na definição de família não é o conteúdo das relações de aliança, consangüinidade e descendência mantidas entre as pessoas, mas a forma que essas relações assumem concretamente. Sob a perspectiva da referida autora (1983) deve-se privilegiar o termo “unidade de reprodução” sobre o de “unidade de parentesco” na apropriação do conceito de

família porque o *grupo* empiricamente delimitável a que ela dá lugar pode não ser a extensão dos laços familiares. Dessa maneira, a configuração das relações que constituem a família como unidade social concreta pode ser investigada e delimitada sem que se perca a ocorrência da referência à família conjugal nuclear como padrão na maior parte das vezes a ser alcançado.

Entende-se também que o recrutamento dos parentes e afins por meio da cooperativa, mesmo sem integrar o projeto familiar de forma direta, é importante na constituição da rede de entre-ajuda que se estende para além da cooperativa em si, e, ao mesmo tempo, se encontra nela pela construção da “única alternativa habitacional capaz de garantir a proteção do grupo familiar nos momentos de crise” (Lima, 1980:75), quer dizer, pela construção da casa própria. Dessa forma, a rede de parentesco e vizinhança na cooperativa se estende entre cooperados irmãos, primos, compadres ou amigos de longa data, mas também por novas relações de aliança e de descendência que se formam entre eles e entre seus filhos, incluindo pessoas externas ao grupo. Algumas dessas pessoas, após a compra do terreno, irão construir suas casas *aos poucos*, com recursos próprios, mas compartilhando da rede de sociabilidade e reciprocidade já constituída na cooperativa, algo muito valorizado na classe trabalhadora, como aponta Woortmann (1982). Para isso contam ainda com a hospitalidade de pais cooperados que podem *acolher* os filhos recém-casados ou com a benevolência do padre da Paróquia São Pedro de Alcântara, por exemplo, que disponibiliza uma casa próxima à cooperativa a um jovem casal de cooperados que tiveram uma filha recentemente. Há algum tempo atrás, a casa era habitada pelo ex-presidente da cooperativa e sua família.

Assim, o princípio da ajuda mútua é alimentado por outras relações que se constituem e que são também orientadas, sob um objetivo não imediatista, mas transformador da “natureza humana”, pelos próprios princípios do cooperativismo e pela ética solidária. É claro que não se pode esquecer que, pela própria particularidade do processo, rico em oportunidades de adquirir experiências diferenciadas, expectativas e valores são redefinidos e reavaliados, há todo momento, pelos cooperados. Desta maneira, o recrutamento da rede de sociabilidade para a construção das casas mostra-se, por outro lado, fomentador de ocasiões de conflitos entre os cooperados acerca das condições de cumprimento das horas de trabalho de cada núcleo. A alternativa das adesões diferenciadas como maneira de assegurar o investimento de cada família, por sua vez, aciona mecanismos de acusações morais a respeito das oposições e diferenciações nas formas de realização do trabalho interpretadas pelos cooperados. Nesse processo, vêm à tona valores eminentemente hierárquicos (Duarte, 1986) centralizados pelo valor do trabalho e refletidos nas avaliações morais sobre o próprio fazer coletivo. Sendo assim, “no mesmo registro em que se manifesta a solidariedade, há também

rivalidade e, com ela, a aspiração a se diferenciar, sendo *mais*” (Sarti, 1996). Esta solidariedade, compartilhada de forma específica pelos cooperados, não exclui, portanto, as rivalidades e adversidades entendidas como próprias do processo de trabalho e perfeitamente superáveis. Aparecem, desta forma, no discurso do ex-presidente da cooperativa, ainda que de maneira bastante sutil, de forma a não colocar em risco a imagem da cooperativa que deseja ressaltar para a pesquisadora, a existência de *erros, atritos e conflitos*, em geral relacionados com o não cumprimento das horas de trabalho prometidas e com as atitudes de desestímulo ao trabalho coletivo. Ele fala, então, da habilidade em reconhecer o *esperto*, referido como aquele que abusa da confiança que lhe é dispensada, a exemplo de uma “performance do corpo”, analisada por Jardim (1995). Trata-se de um saber específico de homens de camadas populares que sabem identificar o “malandro” ou “caloteiro” só “no olho”. Fala também da existência e do reconhecimento dos *morcegos*⁷, expressão bastante utilizada entre os trabalhadores para designar os que fingem que trabalham, mas na verdade, “encostam-se” no trabalho dos outros.

Desta maneira, a lógica da relação de reciprocidade na cooperativa obedece, portanto, à condição de comprometimento de cada um com a ordem estabelecida pelos cooperados. A harmonia nessa relação, nem sempre possível, está subordinada a um sistema de obrigações mútuas, relativizadas, no entanto, por argumentos e acusações de ordem moral. A importância do princípio do conhecimento mútuo (Guedes, 1997) sustenta-se em um conjunto complexo de avaliações morais que determinam os circuitos legitimados da *ajuda*. Neste sentido, há na cooperativa constantes avaliações coletivas sobre o *merecimento* de cada um, de certa forma reproduzindo as formas de conexão ou dissensão das redes sociais nos bairros de trabalhadores. As avaliações são complexas, pois envolvem não apenas o cumprimento das horas estabelecidas para o trabalho de mutirão, mas a forma pela qual cada um se relaciona com o empreendimento coletivo e as qualidades pessoais valorizadas, tais como *humildade, dedicação, responsabilidade, obediência, força de vontade* etc. Estas qualidades, de certa maneira, também se entrecruzam em alguma medida com a perspectiva moral religiosa de controle sobre o comportamento dos pobres – na cooperativa representada pela Igreja Católica sob a figura do padre João –, os quais são representados como merecedores ou não merecedores de *ajuda* (Neves, 2001). Assim, cumprir as horas de trabalho, entretanto, não é condição *sine qua non* quando outras considerações, de ordem moral, intervêm. Há um cálculo complexo em que são contabilizadas as horas de trabalho, mas também as condições

⁷ “Morcegar”, na linguagem dos trabalhadores, nem sempre é alvo de acusações morais. Apresenta-se, também, como uma estratégia que pode ser utilizada por toda uma equipe de trabalho para evitar excessivo desgaste no processo produtivo.

específicas de cada um, suas qualidades pessoais, sua maior ou menor *necessidade* e sua adesão ao projeto coletivo entendida, neste caso, como o respeito às regras e decisões coletivas. Assim é que, um cooperado, desempregado e doente, embora devendo horas de trabalho, foi contemplado com uma das primeiras casas, enquanto outro com o banco de horas em dia, até então, perde o direito à casa na cooperativa por consenso coletivo e com o aval da assessoria jurídica da fundação, porque se afasta, sem aviso prévio, segundo informações obtidas, para reformar a casa onde reside no momento. Neste caso, o que é determinante é a falta de justificativa pública, pois os afastamentos, quando comunicados e justificados, não são impedimento à continuidade da expectativa de obtenção da casa, como revela uma outra situação em que um cooperado considerado como *responsável e humilde* solicita permissão para uma viagem que o manteria afastado por algum tempo do empreendimento e a obtém.

Mas embora o cumprimento das horas de trabalho e o próprio rendimento do trabalho de cada um possam ser matizados por considerações de ordem moral, configurando diferentes formas de adesão, a participação efetiva de cada membro do núcleo familiar no trabalho coletivo é considerada como condição de sua inclusão. Uma situação bastante exemplar disto ocorreu com o único cooperado que se apresentou sozinho na reivindicação da casa e o único menor de vinte e um anos. Trata-se de um rapaz de dezessete anos, anteriormente morador de uma Casa de Acolhida próxima à cooperativa. Este jovem, que contabilizou grande investimento no banco de horas, expressou seu desejo de trazer a mãe para morar com ele, certamente percebendo em seu investimento a possibilidade de recompor, de alguma forma, seu núcleo familiar. Seu projeto, entretanto, é criticado porque sua mãe não participou em nenhum momento do trabalho coletivo. Desse modo, a própria relação de filiação, tão importante entre os trabalhadores, é questionada. Então, a constituição do núcleo familiar na cooperativa passa necessariamente pelo investimento no projeto familiar. Neste sentido se insere o questionamento da proposta do jovem por uma cooperada dona-de-casa de quarenta anos:

*Quem é ela? Que eu saiba ela nunca pisou aqui, nem para ver o terreno!
Ela nunca veio aqui nem pra pregar um prego!*

A administração dos conflitos e dos possíveis rompimentos com as normas valorizadas pelo grupo propõe, portanto, um projeto familiar compartilhado por todos, de forma que os cooperados invistam em sua construção e em cuja delimitação a família figura como valor central de referência.

A cooperativa em negociação: o valor da casa

A casa própria, em vista de seu significado para a plena realização da família, é, sem dúvida alguma, o principal elemento motivador da adesão ao projeto de cooperativismo, ensejando demonstrações de felicidade, mas, por outro lado, como produto de investimentos materiais e imateriais na cooperativa, é também elemento desencadeador de conflitos, acusações, lamentações, aflições. Este investimento é compreensível quando se entende que o projeto de constituição da família é indissociável da idéia de se ter uma casa porque ela representa a condição de sua viabilização. Segundo Woortmann (1982) “a casa é o lócus de realização do grupo doméstico”. Ela manifesta se não a própria realização da família nuclear ao menos a sua idealização, configurando-se o grupo doméstico mais diversificado como uma situação provisória. A família extensa ou o “partilhar de uma residência comum” seria para este autor a violação da centralidade da família nuclear que pressupõe em si os “dois papéis/categorias ideológicas” do grupo doméstico, ou seja, a figura do “pai de família” e da “dona de casa” ou “mãe de família” que dependem da residência neolocal, independente. Em suas palavras, “a família extensa como arranjo residencial deve ser vista, simultaneamente, como uma solução (temporária) e como um problema” (Woortmann, 1982:122). Com isso, no entanto, não se descarta a família extensa como a expressão de princípios de parentesco como a “solidariedade de sangue”, mas apenas põe em destaque a estrutura da autoridade familiar expressa na família conjugal. No caso da cooperativa em questão, o “espírito de solidariedade” como valor entre os “iguais” (Sarti, 1996) deve assegurar, em primeiro lugar, a autonomia e a privacidade da família, não se realizando, portanto, à revelia deste princípio. Algumas mulheres, por exemplo, já em condições de moradia na cooperativa, reconhecem a importância do “não se meter na vida alheia” como um dos princípios de convivência quando ressaltam que não querem *ficar em casa de ninguém* e não se preocupam com *quem está ou não em casa* (dos vizinhos), de maneira a *evitar fofoca*.

O significado da casa para a família transcende, portanto, o seu aspecto meramente material como “necessidade básica” cuja construção, na delimitação de uma nova unidade doméstica, é muitas vezes realizada pela própria família com a cooperação de parentes ou amigos, como no caso da cooperativa já aqui explicitado. A casa caracteriza-se, então, na perspectiva de Woortmann (1982), como um “domínio social, econômico e ideológico”, mas, sobretudo, um domínio privado do núcleo que é como tal reconhecido publicamente por aqueles que constituem o grupo social de referência. A casa como espaço de independência pode ser entendida como algo inerente à condição da família, criando a sua delimitação legitimada e garantida socialmente.

A importância da propriedade da casa está presente nas justificativas dos cooperados representantes dos núcleos familiares para a adesão ao projeto da cooperativa, o qual se torna

inicialmente interessante como alternativa de construção da casa. Todos apontam a *necessidade* da aquisição da *casa própria* sob as vantagens propiciadas pela cooperativa e em face das dificuldades financeiras ou das condições anteriores de moradia. Apontam a *falta de dinheiro* ou *de condição para o recurso próprio*, para a *compra de terreno em outro lugar*, inclusive *mais próximo da família*, a *facilidade*, *praticidade*, *rapidez da construção*, o *pagamento depois de morar*, a necessidade de *sair do aluguel*, de desocupar *a casa do patrão*, de possuir *uma casa mais segura*, frente a uma *moradia de risco*, de *dar um lar para os filhos* ou de garantir *a casa como herança*. Woortmann (1982) ressalta a importância para a família de classe trabalhadora de algumas dessas vantagens, como, por exemplo, a que se refere ao fato bastante razoável de não pagar aluguel, o que representa o fim de uma despesa fixa que compromete a já precária renda familiar e com isso a possibilidade de aumento da satisfação de outras "necessidades básicas", principalmente a "alimentação". Outra vantagem seria a garantia da moradia futura frente a uma intensa instabilidade do trabalho atual, no sentido de que a perda do emprego significaria a perda da casa com a incapacidade de se pagar o aluguel. A casa própria pode representar ainda a possibilidade de mobilização de um valor em tempos de crise financeira além de significar uma segurança na velhice. São vantagens que beneficiam os cooperados, frente às precárias condições econômicas comuns ao grupo, motivo de intensa lamentação entre eles, e às principais formas de ocupação anterior dos núcleos familiares, ou seja, aluguel, cessão ou moradia com parentes. Constata-se também as condições inadequadas da maioria dos imóveis anteriores, tendo em vista o padrão de construção de uma casa popular e sua importância para os membros da classe trabalhadora e particularmente para os cooperados, pelo espaço da varanda e do "quintal" que agrega valor à casa, este último como previsão para a construção do "puxadinho" (Guedes, 1998). A maioria dos imóveis anteriores dos cooperados não possuía quintal, varanda e área de serviço e poucos eram pintados.

Nada mais compreensível que as justificativas para a adesão ao projeto revelem a importância crucial da casa e embora os relatos que explicam a importância da cooperativa insinuem também sua total irrelevância, dada a fase de descontentamento diante das dificuldades financeiras, da exigência de acertos de contas com a cooperativa e dos impasses sobre seus direitos e deveres, os cooperados manifestam sua importância pelo que a cooperativa já foi capaz de produzir, ou seja, as casas e o *auto-conhecimento que você tem um com o outro*. Assim, além da importância da *casa independente*, do sentimento de *alegria* que a realização dessa independência proporciona, os cooperados esclarecem a importância da sociabilidade já consolidada na cooperativa, mesmo sob as ressalvas de que *conviver em comunidade não é fácil*, de que *é difícil conviver com as pessoas*. As avaliações se

dicotomizam entre os cooperados que ocupam cargos administrativos, fiscais ou de diretoria, mais comprometidos que estão com o discurso sobre os pressupostos cooperativistas, e os cooperados de maneira geral. Neste sentido, a cooperativa assume uma configuração de mais longo alcance apenas para alguns cooperados mediadores do processo que devem também responder pela proposta do cooperativismo. Compartilhando dessa experiência, eles reconhecem, no relato sobre as dificuldades de participação coletiva, a dificuldade de *conscientização em relação às propostas*, em função da diversidade de *formas de pensar* e de *nível de conhecimento*. Segundo estes aspectos valorizados o presidente da cooperativa vê como ilegítimas as expectativas dos cooperados de que a cooperativa possa resolver problemas de ordem *particular* como a falta de emprego e de que ele, nesta posição, possa solucionar a falta de pagamento de dívidas comuns ao grupo. Já os outros cooperados tendem a manifestar dificuldades de outra ordem para o trabalho coletivo, como financeiras e de estrutura social e urbana para o deslocamento até o local durante a fase de construção das casas. Mas todos, de uma forma ou de outra, reconhecem os resultados materiais e simbólicos já produzidos por este investimento coletivo.

Conclui-se assim que a importância da cooperativa bem como as dificuldades encontradas no processo de adesão à proposta e de sua organização, sem dúvida alguma, realizam-se em função da casa, valor central e própria razão de ser cooperado. A partir daí instauram-se os conflitos, as acusações em torno da polêmica entre a dimensão política do cooperativismo, de valorização de formação da cidadania com base no movimento democrático de construção das decisões, de um lado, e a limitação do cooperativismo de outro, nessa experiência particular de satisfação da necessidade da casa própria. Os impasses e dissensões não operam somente entre os cooperados e os representantes da Fundação Bento Rubião, mas, de maneira geral, também entre os próprios cooperados que reconhecem o valor simbólico da denúncia das contradições iminentes ao trabalho coletivo como instrumento de negociação de posições valorizadas. Nesse contexto se inserem as revelações dos cooperados de que *muitos não entendem o que é cooperativa, muitos são individualistas*, de que *as pessoas querem casa e não cooperativa*, de que *elas não estão interessadas no cooperativismo*, mas são movidas pela expectativa de *adquirir a sua casa própria e não querem se comprometer* com os representantes da diretoria e com os técnicos da Bento Rubião. Os cooperados que mencionam isso claramente aos assistentes sociais ou deixam evidenciar que o desejo de *ter a sua casa* é a motivação exclusiva para *enfrentar uma obra*, para *enfrentar mais uma luta comunitária* ou para superar as *dificuldades com força, coragem e sacrifício*, como ressaltam, recebem respostas que destacam que *essas pessoas estão no lugar errado* ou que põem em relevo o *futuro da cooperativa* no sentido de sua proposta mais

ampla e da necessidade de uma *consciência coletiva* em detrimento das *histórias de vida* de cada um, com a observação de que isto *todo mundo tem*.

A visibilidade das incompatibilidades de interesses e valores de forma radicalizada, sob a forma de conflitos hostis com os operadores diretos do projeto, põe em risco a permanência destes cooperados no grupo. Este foi o caso de um dos cooperados que se desvinculou da cooperativa logo após ter sido desclassificado pelos critérios de aquisição das vinte primeiras casas contempladas. Este cooperado, desequilibrado emocionalmente, teria agido de forma equivocada durante uma reunião de diretoria e na assembléia geral gerando a reprovação dos membros da diretoria. Sob o ponto de vista de uma das assistentes sociais estes acontecimentos acerca da exclusão de cooperados se justificam pela total falta de condições das pessoas em atender aos princípios do cooperativismo. Nesse sentido, ela questiona *o discurso das pessoas de que elas saem porque foram expulsas*. Esta dinâmica de negociação coletiva envolvendo contestações e conflitos não significa que os que permanecem na cooperativa conjuguem integralmente dos valores postos em questão, mas sim que sabem melhor administrar os impasses e incompatibilidades "jogando", articulando-se com os seus saberes particulares de forma a integrar uma rede de estratégias específicas. Elas dizem respeito às representações da obediência à ordem hierárquica, às exigências administrativas e aos compromissos e critérios de classificação e seleção eleitos que acabam por funcionar como instrumentos de veiculação de uma imagem de legitimidade na adesão e integração ao cooperativismo. Assim é que se insere a importância de *estar com o pagamento em dia* (fundo de reserva, fundo rotativo), das *horas* (banco de horas) e *cozinha comunitária* (pagamentos e contribuições) *em dia*, de *ter presença em assembléias, nos mutirões e nas capacitações*, da *participação voluntária nas comissões* etc.

O investimento neste circuito de *dedicação*, de *esforço*, de *responsabilidade*, de *luta*, de *boa vontade* e de *sacrifício*, ma também de *humildade* se intensifica conforme as expectativas de ser contemplado com a casa. Assim, o empenho e a competitividade se intensificaram entre os cooperados no período de decisão dos vinte primeiros classificados, os quais utilizavam variadas justificativas para as faltas computadas, que vão desde a falta de tempo ou total desconhecimento da obrigatoriedade de participação em algum dos casos até intervenções que questionam a necessidade da exigência de participação nas reuniões. Neste caso se insere o desabafo de um dos cooperados que diz que *o importante é o peso da balança, o importante é trabalhar e não conversar*. No entanto, o ritmo de atividade logo diminuiu, *lamentavelmente*, na interpretação do arquiteto responsável pela orientação do grupo, quando os classificados foram divulgados. A estratégia do silêncio, do que não é dito, é outro saber sabiamente articulado na administração da posição e status de cooperado que

confirma a declaração de que *cooperativa talvez é algo que ninguém quer, mas já que estão nela* (os cooperados) *têm que respeitar as posições deles* (técnicos e diretores), *as colocações deles*. Assim é que a exposição de idéias e concepções nas ocasiões formais de discussão pode representar um comprometimento não desejado perante a liderança do grupo e especialmente perante os representantes da Fundação Bento Rubião. Neste sentido, uma ex-cooperada que ocupava a função de tesoureira revela que já não é *a pessoa certa e está na hora de entrar outra pessoa no lugar* visto ser *uma pessoa visada* (pelos técnicos representantes diretos do projeto). Isto era motivo de receio nas ocasiões em que se *colocava* de maneira que passou a evitar esta atitude de exposição, mas ao mesmo tempo, agir dessa forma significava para ela *omissão* como esclareceu a um colega. Compreende-se assim que a vigência desta postura, reprovável a partir da idealizada prática de participação coletiva, possa se evidenciar pelo discurso somente na forma de sua contestação. Neste sentido se inscrevem os discursos de dois cooperados:

O grande problema é que as pessoas não têm coragem de falar e mesmo que a pessoa fale e você tenha a mesma opinião, também não apóia. (João, pedreiro)

Ele não fala porque ele não quer se meter. Mas eu falo pra ele, tá errado, tem que falar. A maioria dos cooperados tinha raiva do Gustavo porque o Gustavo chegava e falava e Seu Evandro (pedreiro) não é assim! Eu já fui muito de ficar calado cara! Mas hoje se tiver algum problema aqui, eu vou falar! (Leandro, pedreiro)

Mas apesar das recíprocas acusações e denúncias entre os cooperados acerca do trabalho coletivo, os relatos quanto à importância da cooperativa e mesmo sobre as dificuldades encontradas no seu processo de construção, põem em relevo a importância das relações por eles sedimentadas em função da casa própria nas ocasiões de mutirão familiar e na diversidade de encontros e eventos desenvolvidos, formal e informalmente. Este valorizado entrosamento não deixa de ser uma possibilidade para os futuros moradores do condomínio não associados à cooperativa, como admite uma cooperada ao declarar que as pessoas que virão poderão se beneficiar disso se freqüentarem as reuniões, se aderirem enfim ao movimento de construção da cumplicidade já conquistada na convivência cooperativa, como enfatiza em diferentes ocasiões um dos membros da diretoria. Deste processo não se exclui, no entanto, os desacordos ou conflitos de interesse ou os *cachimbemas*, como declara o ex-presidente da cooperativa, próprios da negociação coletiva que são manipulados na interação com a rede social em permanente construção, envolvendo, em primeiro lugar, a casa como valor. Trata-se, no entanto, de saber como se dará a atualização do princípio de relações de entre-ajuda na negociação entre experiências avançadas de conhecimento mútuo, compartilhadas, entretanto, por uma minoria de cooperados diante da maioria representada

pelos associados da Associação São Pedro de Alcântara frente às novas expectativas de sociabilidade e projetos das futuras famílias. Assim, a mobilização coletiva na cooperativa, é um potencial que deverá ser matizado pela inclusão de novos atores sociais representados não somente por instituições concorrentes no projeto de cooperativismo, mas por famílias paralelas ao projeto familiar da cooperativa no espaço de sociabilidade do condomínio.

A partir daí abrem-se novas possibilidades de negociação de valores próprios da classe trabalhadora representados particularmente pelos cooperados, com a proposta de formação e ampliação da prática cidadã representada pelo cooperativismo. Está claro que estes valores se realizam em função da família, de maneira a se converterem em importantes instrumentos de construção de uma imagem positiva da família, convertendo-se assim em benefícios materiais e simbólicos para ela. Neste processo é extremamente atuante o princípio da reciprocidade, o sistema de obrigações mútuas, constituído, segundo Mauss (2003), por três obrigações fundamentais, ou seja, “o dar, o receber e o retribuir”. Como aponta Lévi-Strauss (2003:34), as coisas que circulam neste sistema “não são somente objetos físicos, mas também dignidades, cargos, privilégios, cujo papel sociológico é, entretanto, o mesmo que o dos bens materiais.” Nestas coisas trocadas, como lembra Mauss (2003:34), “há uma virtude que força as dídivas a circular, a serem dadas, a serem retribuídas” e também a se modificarem no percurso de atualização das expectativas quanto à troca. A reciprocidade, configura-se assim como “o denominador comum de um grande número de atividades sociais aparentemente heterogêneas entre si” (Lévi-Strauss, 2003:33).

Referências bibliográficas

- ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- BOTT, Elizabeth. Família e Rede Social. Rio de Janeiro: F. Alves, 1996.
- COOPERATIVA HABITACIONAL E MISTA IPIÍBA – Estatuto Social, 09 de dezembro de 2001.
- _____. Regimento Interno Mutirão, 01 de abril de 2001.
- DAMATTA, Roberto. A casa e a rua. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- DUARTE, Luís Fernando D. *Modernidade e classes trabalhadoras urbanas*. Da Vida Nervosa nas Classes Trabalhadoras Urbanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/CNPq, 1986.
- DURHAM, Eunice R. *Família e Reprodução Humana* in Perspectivas Antropológicas da Mulher. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.
- FONSECA, Cláudia. Caminhos da Adoção. São Paulo: Cortez, 1995.

- FREIRE, Gilberto. Sobrados e Mucambos. Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano. Rio de Janeiro, Livraria José Olympo Editora, 1997.
- FUNDAÇÃO CENTRO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS BENTO RUBIÃO - A Identidade do Cooperativismo, s/d.
- GEERTZ, Clifford. *A Religião como Sistema Cultural*. In A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- GUEDES, Simoni Lahud. Jogo de Corpo: Um estudo de construção social de trabalhadores. Niterói: Eduff, 1997.
- _____. *Redes de parentesco e consideração entre trabalhadores urbanos: tecendo relações a partir de quintais*. Caderno CRH, Salvador, n. 29, 1998.
- JARDIM, Denise Fagundes. *Performances, reprodução e produção dos corpos masculinos* in LEAL, Ondina F. (org.). Corpo e significado. Ensaio de Antropologia Social. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1995.
- LIMA, Maria Helena Beozzo. *Em busca da casa própria: autoconstrução na periferia do Rio de Janeiro*. In Valladares, L. (org.), Habitação em questão. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- MALUF, Marina e MOTT, Maria Lúcia. *Recônditos do mundo feminino*. In Nicolau Sevcenko (org.) História da vida privada no Brasil (vol. 3) – República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva*. In Sociologia e Antropologia. São Paulo: EPU, 2003.
- NEVES, Delma Pessanha. *Nesse Terreiro Galo não Canta. Estudo do Caráter Matrifocal de Unidades Familiares de Baixa Renda*. Anuário Antropológico 83. Rio de Janeiro: 1985.
- _____. *Precariedade social, tutela filantrópica e voluntariado filantrópico*. In: Márcia Motta, Théó Lobarinhas Piñeiros (orgs.) Voluntariado e Universidade Rural. Niterói, 2001.
- SAHLINS, Marshall David. Cultura e Razão Prática. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- SARTI, Cynthia. A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.
- VEIGA, Sandra Mayrink e FONSECA, Isaque. Cooperativismo: uma alternativa dos trabalhadores. Rio de Janeiro: Senac/ARRJ, 1999.
- VALLADARES, Lícia do Prado. Passa-se uma casa. Análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.
- WOORTMANN, Klass. *Casa e Família Operária*. Anuário Antropológico/80. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1982.